

Identificação da Liderança Indígena Local	
NOME COMPLETO:	
RG:	CPF:
CARGO OCUPADO:	
Identificação da Liderança Indígena Local	
NOME COMPLETO:	
RG:	CPF:
CARGO OCUPADO:	
Identificação da Liderança Indígena Local	
NOME COMPLETO:	
RG:	CPF:
CARGO OCUPADO:	

_____, ____ de _____ de 201____.

Declarar informações falsas é crime previsto em Lei, conforme o artigo 299, do Código Penal, abaixo transcrito:

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

TIPO 2

O Povo Indígena _____ declara, para os devidos fins, e na melhor forma de direito, que o (a) candidato(a) _____ é reconhecido(a) como membro do nosso povo e mantém vínculo social, cultural, político e familiar com este povo/aldeia indígena.

Nome do Povo: _____
Nome da Comunidade/Aldeia: _____
Município/Estado: _____

Abaixo, devem ser inseridas as seguintes informações: Indicação do/a(s) candidato/a(s) e sua relação de pertencimento com a aldeia/comunidade e povo.

_____, ____ de _____ de 201____.

Assinatura da Liderança Indígena Local

Assinatura da Liderança Indígena Local

Presidente(a) da Entidade Representativa do Povo/Comunidade Indígena

Identificação da Liderança Indígena Local	
NOME COMPLETO:	
RG:	CPF:
CARGO OCUPADO:	
Identificação da Liderança Indígena Local	
NOME COMPLETO:	
RG:	CPF:
CARGO OCUPADO:	
Identificação da Entidade Representativa do Povo/Comunidade Indígena	
NOME DA ENTIDADE:	
CNPJ:	DATA DE FUNDAÇÃO:
ENDEREÇO DA SEDE:	
NOME DO(A) PRESIDENTE(A):	
CPF:	

Declarar informações falsas é crime previsto em Lei, conforme o artigo 299, do Código Penal, abaixo transcrito:

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

TIPO 3

O Povo Indígena _____ declara, para os devidos fins, e na melhor forma de direito, que o (a) candidato(a) _____ é reconhecido(a) como membro do nosso povo e mantém vínculo social, cultural, político e familiar com este povo/aldeia indígena.

EDITAL Nº 13, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2017 PROCESSO SELETIVO

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - Ufopa, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Presidencial de 28 de março de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 31 de março de 2014, Seção 2, pág. 1, na forma do que dispõe a Lei nº 8.745/1993 com as modificações introduzidas pela Lei nº 12.425/2011, Lei nº 12.772/2012, Decreto nº 7.585/2011, considerando o Decreto nº 6.944/2009 e a Resolução nº 24/2013 - CONSUN, considerando ainda o princípio da economicidade, eficiência e publicidade, torna público o extrato do Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto do Magistério Superior, de acordo com as informações abaixo:

Edital PSS/Ufopa nº 13 de 10/02/2017 Oferta 01 (uma) vaga para o Tema Sociologia da Educação, com regime de trabalho de 40 horas semanais para o Campus de Santarém - Instituto de Ciências da Educação. O edital completo, bem como; avisos, retificações e demais documentos inerentes ao processo seletivo estarão disponíveis na íntegra no endereço eletrônico <https://www.ufopa.edu.br/concursos/>, bem como a ficha de inscrição e demais documentos complementares. Não haverá pagamento da taxa de inscrição.

As etapas de provas serão constituídas de prova escrita, didática e julgamento de títulos, nesta ordem, sendo as primeiras de caráter eliminatório e classificatório e a última apenas classificatório. Caberá recurso devidamente fundamentado da homologação das inscrições, no prazo de 2 (dois) dias consecutivos, a partir da data de sua publicação; do resultado de cada prova eliminatória, no prazo de 6 (seis) horas úteis, a partir da data de sua divulgação; do resultado final do processo seletivo simplificado, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a partir da data de sua divulgação. O formulário para interposição de recurso ficará disponível para up load na página do concurso.

Os aprovados dentro do número de vagas serão regidos pela Lei nº 8.745/1993 e pela Resolução nº 24/Consun/Ufopa, de 13 de setembro de 2013, cujas remunerações serão assim, distribuídas:

a) Classe A, denominação Assistente A, para os aprovados na área que exige a Titulação de Mestre, com regime de trabalho de 40h, com Vencimento Básico (VB) de R\$ 3.117,22, podendo perceber a Retribuição por Titulação no valor R\$ 1.091,90, acrescido do Auxílio Alimentação R\$ 458,00, totalizando uma remuneração de R\$ 4.667,12;

b) Classe A, denominação Auxiliar A, para os aprovados na área que exige a Titulação de Especialista, com regime de trabalho de 40h, com Vencimento Básico (VB) de R\$ 3.117,22, podendo perceber a Retribuição por Titulação no valor R\$ 410,67, acrescido do Auxílio Alimentação R\$ 458,00, totalizando uma remuneração de R\$ 3.985,89;

A homologação do resultado final será publicada no Diário Oficial da União, em conformidade com o que dispõe o Decreto nº 6.944/2009. O prazo de validade do processo seletivo simplificado será de 1 (um) ano, a contar da data de sua homologação no Diário Oficial da União, podendo, a critério da Administração, ser prorrogado por igual período. Os itens e subitens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto o processo seletivo simplificado não for realizado, circunstâncias que serão comunicadas por meio de edital ou aviso a ser publicado.

RAIMUNDA NONATA MONTEIRO

Nome do Povo: _____
Nome da Comunidade/Aldeia: _____
Município/Estado: _____

Abaixo, devem ser inseridas as seguintes informações: Indicação do/a(s) candidato/a(s) e sua relação de pertencimento com a aldeia/comunidade e povo.

_____, ____ de _____ de 201____.

Assinatura da Liderança Indígena Local

Presidente (a) da Entidade Representativa do Povo/Comunidade Indígena

Representante da FUNAI

Identificação da Liderança Indígena Local	
NOME COMPLETO:	
RG:	CPF:
CARGO OCUPADO:	
Identificação da Entidade Representativa do Povo/Comunidade Indígena	
NOME DA ENTIDADE:	
CNPJ:	DATA DE FUNDAÇÃO:
ENDEREÇO DA SEDE:	
NOME DO(A) PRESIDENTE(A):	
CPF:	
Identificação da Representação da FUNAI	
NOME COMPLETO:	
RG:	CPF:
CARGO OCUPADO:	

Declarar informações falsas é crime previsto em Lei, conforme o artigo 299, do Código Penal, abaixo transcrito:

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

TIPO 4

ATA DE REUNIÃO DA COMUNIDADE

Nome do Povo: _____
Nome da Comunidade Aldeia: _____
Município/Estado: _____
Nome dos(as) Candidatos(as): _____
Local da Reunião: _____
Data da Reunião: _____
Hora de início: _____
Hora do encerramento: _____

A Ata da Reunião deve conter, obrigatoriamente, as seguintes informações: Indicação do/a(s) candidato/a(s) e sua relação de pertencimento com a aldeia/comunidade e povo.

_____, ____ de _____ de 201____.

Lista de Presença da Reunião para Indicação de Candidatos (as) ao PSE Indígena 2016/UFOPA realizada dia ____/____/____, realizada na aldeia _____

NOME	ASSINATURA	DOCUMENTO
1.		
2.		
3.		

Importante:

Declarar informações falsas é crime previsto em Lei, conforme o artigo 299, do Código Penal, abaixo transcrito:

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.